

Ordem Judicial – Perícia Psicológica da Menor

Processo n.º: 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

Autor/Requerente: Maria da Conceição Silva, NIF 224 567 891, residente em Rua da Liberdade, 45, 1150-123 Lisboa

Réu/Requerido: José António Pereira, NIF 311 234 567, residente em Avenida da República, 12, 4000-210 Porto

Mandatários: Dr. Ana Sofia Martins – OA 12345, Dr. Luís Fernando Carvalho – OA 67890

Juiz: Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Vistos os autos do processo em epígrafe,

Considerando que

1. **O pedido formulado** pela parte autora visa a modificação da guarda da menor Ana Sofia Pereira, de 8 (oito) anos, em virtude da mudança unilateral de residência do pai, do incumprimento do regime de visitas e de alegadas **instabilidades emocionais** da criança;
2. **O relatório pericial** apresentado pela perita nomeada em despacho anterior (Dra. Carolina Ribeiro, psicóloga clínica, N.º de inscrição na Ordem dos Psicólogos 98765) indica a necessidade de aprofundamento da avaliação psicológica da menor, nomeadamente a realização de testes projetivos e entrevistas semiestruturadas, por forma a fundamentar a decisão sobre o melhor interesse da criança;
3. **O princípio do melhor interesse da criança**, consagrado no artigo 12.º do Código de Processo Civil e na Constituição da República Portuguesa, impõe ao tribunal a adopção de todas as medidas necessárias à sua proteção, nomeadamente a produção de prova pericial especializada quando a sua ausência possa comprometer a decisão a ser tomada;
4. **A urgência da medida**, dado que o pai pretende mudar novamente de residência para a cidade de Faro, o que, se não for acompanhado de avaliação psicológica adequada, pode agravar a situação emocional da menor.

Resolve:

Dispositivo	Conteúdo
1.º	Nomear a Dra. Marta Sofia Lopes , psicóloga clínica, inscrita na Ordem dos Psicólogos sob o n.º 11223, com consultório na Rua das Flores, 78, 1050-210 Lisboa, como perita psicológica da menor Ana Sofia Pereira, devendo a mesma proceder à avaliação psicológica completa da criança, nos termos do artigo 351.º do Código de Processo Civil.

Dispositivo	Conteúdo
2.º	A perícia deverá compreender: a) Entrevista clínica individual à menor; b) Aplicação de testes psicológicos padronizados (ex.: Testes de Avaliação do Desenvolvimento Infantil, Escala de Ansiedade Infantil, Teste de Rorschach); c) Observação do comportamento da menor em contexto familiar e escolar; d) Elaboração de relatório escrito, contendo parecer conclusivo sobre o impacto da mudança de residência e do regime de visitas no bem-estar emocional da menor.
3.º	Prazo para a realização da perícia: a perita deverá concluir a avaliação e apresentar o relatório ao tribunal até 30 de março de 2026 , podendo solicitar, justificadamente, prazo adicional, que será apreciado pelo Juiz.
4.º	Custas da perícia: As despesas relativas à nomeação da perita e à realização dos testes serão suportadas pelo réu, José António Pereira, nos termos do artigo 730.º do CPC, devendo o pagamento ser efetuado mediante depósito bancário na conta da perita (IBAN PT50 0000 0000 1234 5678 9015 2) até 10 de março de 2026.
5.º	Comunicação das partes: Os mandatários das partes serão notificados da presente ordem, devendo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, informar a perita de qualquer circunstância que possa interferir na realização da avaliação (ex.: impossibilidade de acesso à menor, necessidade de acompanhamento de um assistente social).
6.º	Cumprimento da ordem: O não cumprimento dos termos desta ordem, nomeadamente a falta de pagamento das custas ou a não disponibilização da menor à perita, será considerado desobediência ao despacho judicial, sujeitando o infrator às sanções previstas no artigo 734.º do CPC.
7.º	Intimação: Fica a parte autora e a parte ré intimadas a comparecerem ao tribunal, caso seja necessário, para esclarecimentos adicionais sobre a perícia, bem como a apresentarem, até 15 de março de 2026, quaisquer documentos médicos ou psicológicos já existentes relativos à menor.
8.º	Registo: Esta ordem será juntada aos autos e ficará à disposição das partes na secretaria da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa.

Publique-se.

Assinado digitalmente

Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores
Comarca de Lisboa

Anexos

1. **Currículo resumido da perita Dra. Marta Sofia Lopes** (certificado de habilitação profissional e lista de avaliações psicológicas realizadas).
2. **Modelo de relatório pericial** a ser preenchido pela perita, contendo os tópicos obrigatórios previstos no artigo 351.º, n.º 2, do CPC.

Observação: O presente despacho tem por finalidade assegurar a produção de prova pericial imprescindível à decisão sobre a guarda e o regime de visitas da menor, em consonância com o princípio do melhor interesse da criança e com o respeito ao direito ao contraditório das partes.